

# REFLEXÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA FÍSICA NO AMBIENTE FAMILIAR EM GUINÉ-BISSAU<sup>1</sup>

Sábado Fernando Imbunde<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, realizada no âmbito do Curso de Pedagogia – UNILAB, Campus dos Malês-Ba, e tem como objetivo compreender como o deficiente físico é tratado no ambiente familiar em Guiné Bissau. E como objetivos específicos: a) conhecer alguns aspectos históricos da deficiência; b) refletir sobre a deficiência no contexto familiar; c) problematizar as relações das pessoas com deficiência em seus contextos familiares a partir dos relatos específicos coletados d) verificar como as pessoas com deficiência física, participantes deste estudo, foram/são tratadas pelas suas respectivas famílias em Guiné Bissau. A pesquisa foi desenvolvida através de referenciais teóricos sobre o tema e da técnica de questionário, composto por questões abertas e aplicado com duas pessoas com deficiência física de nacionalidade guineense. Os resultados apontam que mesmo diante das dificuldades de limitação física e da exclusão social, as pessoas com deficiência, participantes do estudo, foram assistidas pela família dentro das suas possibilidades. O que reforça a importância da família, bem como aponta a necessidade de outros estudos que aprofundem esse tema no contexto guineense.

**Palavras-chave:** deficientes - Guiné-Bissau; família - aspectos morais e éticos - Guiné-Bissau; preconceitos - Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

The present text presents the results of a research of Course Completion Work - TCC, carried out within the scope of the Pedagogy Course - UNILAB, Campus of Malês-Ba, and aims to understand how the physically disabled are treated in the family environment in Guinea Bissau. And as specific objectives: a) to know some historical aspects of disability; b) reflect on disability in the family context; c) problematize the relationships of people with disabilities in their family contexts based on the specific reports collected d) verify how people with physical disabilities, participants in this study, were/are treated by their respective families in Guinea Bissau. The research was developed through theoretical references on the subject and the questionnaire technique, composed of open questions and applied with two people with physical disabilities of Guinean nationality. The results indicate that even in the face of difficulties of physical limitation and social exclusion, people with disabilities, participants in the study, were assisted by the family within their possibilities. This reinforces the importance of the family, as well as pointing to the need for other studies that deepen this theme in the Guinean context.

**Keywords:** disabled - Guinea-Bissau; family - moral and ethical aspects - Guinea-Bissau; prejudices - Guinea-Bissau.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida.

<sup>2</sup> Graduanda na Licenciatura em Pedagogia pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a sociedade de maneira geral, ao se referir as pessoas com deficiência física, utilizava termos como "aleijado", "defeituoso", "incapacitado", "inválido", dentre outros, para caracterizá-las; o que impactou desde o início, para reforçar o preconceito sobre essas pessoas em diferentes contextos da sociedade e pela manutenção delas em instituições segregadas ou escolas especiais.

Nogueira *et al* (2016, p. 3132), no artigo "Perfil de pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos", apontam que a definição de deficiência ainda é desafiadora, pois “[...] congrega elementos complexos, dinâmicos, multidimensionais e questionáveis, sendo histórica e socialmente determinada. Não se pode falar do termo de forma abstrata e generalista, mas sim, em pessoas com deficiência, que são das mais diversas sociedades, classes sociais e culturais”. Os autores prosseguem afirmando que a necessidade de estudar os perfis dessas pessoas com deficiência física por serem essenciais devido às determinações sociais e barreiras atitudinais, arquitetônicas e financeiras, ligadas a própria condição do(a) deficiente físico(a).

A Organização Mundial de Saúde no Relatório Mundial sobre a deficiência (2012) define que deficiência é uma diferença na organização estrutural, psicológica e fisiológica do organismo. Ainda, para a instituição, é considerado/a deficiente toda a pessoa com incapacidade duradoura em vários aspectos: físicos, mental, intelectual e que se confronta com vários entraves existentes na sociedade, ficando impossibilitado o seu desenvolvimento, em pé de igualdade com outras pessoas (OMS, 2012). O referido Relatório assegura que, as pessoas com deficiência em todo mundo apresentam piores condições de saúde, baixos níveis escolares, poucas participações em diferentes esferas sociais e nível de pobreza mais elevado, em relação às pessoas sem deficiência. “A falta de oportunidade e as péssimas condições em que são submetidas as pessoas com deficiência, não são novas, já que, elas, ao longo da história, foram usadas em diversos serviços” (OMS, 2012, p. 11).

No que se refere à deficiência física, observa-se que há o comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida (BRASIL, 2006, p. 28).

Essas ideias iniciais direcionam o interesse pelo objeto deste estudo “Deficiência

Física no Ambiente Familiar em Guine-Bissau”, o qual surgiu a partir da minha convivência com pessoas com deficiência física nos membros inferiores, especialmente no ambiente familiar, mas também com três pessoas da minha vizinhança, com a mesma situação. O convívio diário com essas pessoas possibilitou-me observar a forma como estas são tratadas pela família e pela comunidade. No âmbito familiar, minha tia, irmã mais velha da minha madrastra, adquiriu a deficiência física a partir de uma doença que a acometeu.

Era visível a forma diferenciada e discriminatória como ela era tratada: desde a acomodação nos espaços da casa, a exemplo do momento das refeições, em que ela não sentava à mesa junto com as demais pessoas da família, até a utilização de utensílios domésticos, como pratos, copos e roupas de cama que eram separados dos que eram utilizados. A maioria das sociedades africanas tem o hábito de almoçar juntos, e no caso da minha tia, não se verificava a mesma coisa, uma vez que a sua comida era servida a parte. Era possível também verificar a forma de tratamento que recebia dos familiares, com excessão dos pais que lhe davam mais atenção em relação aos demais membros da família, que sempre a discriminavam, possivelmente por não saberem lidar com pessoas com deficiência. Lembrome também que ela sempre teve o desejo em estudar, mas não teve o apoio nem da família, como da comunidade a qual pertencia, muito menos do Estado Guineense.

Situação semelhante foi verificada com os dois vizinhos pertencentes à mesma família, que nasceram com deficiência física, e por essa razão não tiveram o direito de frequentarem a escola, quando os demais integrantes da família trabalhavam e estudavam. Foi possível observar que as nesse ambiente, as pessoas deficientes não tinham o mesmo tratamento, talvez, em função de não terem condições para contribuir financeiramente, para o sustento familiar. Por outro lado, também era perceptível que as pessoas com deficiência física, não tinham apoio da família.

Nesse sentido, o estudo tem como contexto a Guiné Bissau, um país situado na Costa Ocidental da África, que tem fronteira com o Senegal (ao norte) e Guiné (ao Sul e Leste), com o Oceano Atlântico (a oeste), o qual possui uma parcela da população com deficiência, no caso específico, deficientes físicos. O país conta com a parte insular dos arquipélagos dos Bijagós, composto por mais de 80 ilhas, cujo tamanho territorial é de 36.125 km, com capital localizada em Bissau, separando-se administrativamente em oito Regiões. A Língua oficial falada é o Português, e, outras línguas, tais como: Crioulo e línguas étnicas. O país tornou-se independente da colonização portuguesa no dia 24 de Setembro de 1973 e foi reconhecido por

Portugal, no dia 10 de Setembro de 1974<sup>3</sup>.

Perante o exposto, tem-se como questão investigativa: como o deficiente físico é tratado pela família, em Guiné Bissau? Na busca de responder a tal questão, o objetivo geral propõe: compreender como o deficiente físico é tratado pela família em Guiné Bissau. E como objetivos específicos: a) conhecer alguns aspectos históricos da deficiência; b) refletir sobre a deficiência no contexto familiar; c) problematizar as relações das pessoas com deficiência em seus contextos familiares a partir dos relatos específicos coletados d) verificar como as pessoas com deficiência física, participantes deste estudo, foram/são tratadas pelas suas respectivas famílias em Guiné Bissau. O artigo encontra-se estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta Introdução, a qual apresenta um panorama geral do estudo. Na segunda seção, discute-se sobre alguns aspectos históricos da deficiência, inclusive no contexto da Guiné Bissau; a terceira seção traz reflexões sobre a família e a pessoa com deficiência. Nas seções quatro e cinco são apresentadas a metodologia e a análise dos resultados. As Considerações Finais refletem sobre os resultados do estudo, suas contribuições e desdobramentos futuros.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEFICIÊNCIA**

Ao considerar alguns aspectos da história da atenção à pessoa deficiente, observa-se a partir de vários estudos, que esta sempre foi marcada por forte rejeição, discriminação e preconceito, o que levava a segregação e a exclusão, a depender das ideias que marcavam cada momento histórico vivido.

Assim, na Roma antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham ordens de sacrificar os filhos que nasciam com problemas físicos, da mesma forma, em Esparta, as crianças e pessoas com deficiências eram jogadas no mar. A Sociedade grega por influência de Aristóteles, não deveria proteger as pessoas com deficiência, pois considerava ser uma injustiça que estas fossem tratadas da mesma forma das que não eram deficientes (GARCIA, 2011, s/n). Sobre este aspecto Bruno (2006) ao afirmar que a literatura da Roma Antiga relata que as crianças com deficiências, nascidas até o princípio da era cristã, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis. Na Grécia antiga, as crianças mal constituídas ou deficientes eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público.

---

<sup>3</sup> <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guinebissau.htm>. Acessado em 12.04.2022.

Pereira e Saraiva (2017) apontam que com a chegada do Cristianismo, a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, e assim deveria ser cuidada e não maltratada, pois era possuidora de alma. Desta forma, atitudes de extermínio não eram mais aceitáveis, sendo os cuidados com a pessoa com deficiência, assegurados pela família e a igreja, mesmo que não tivesse a garantia de ser integrada a sociedade.

Apenas no período do Renascimento, os direitos das pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidos como universais e nesse sentido, esse novo modo de pensar, trouxe mudanças sob muitos aspectos, pois “[...] alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados” (Garcia 2011, *apud* Silva, 1987, p. 226). Entretanto, apesar de ter sido uma época revolucionária sob muitos aspectos, o Renascimento não conseguiu romper com os preconceitos contra as pessoas com deficiências físicas, dentre outras.

Segundo Pereira (2017) no período compreendido entre os séculos XVI e XIX as pessoas com deficiência permaneciam isoladas, porém, abrigadas em asilos, conventos e albergues. Com o avanço da Medicina, foi criado o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, mas apesar de ter retirado as pessoas deficientes da condição de asiladas e dignas de atendimento hospitalar, estas permaneciam presas e isoladas, pois eram tratadas como doentes e sem um tratamento especializado.

Ainda nesse período e no contexto educacional “surgiram as escolas e classes especiais, como espaço exclusivo para aqueles cuja deficiência motivou rejeição da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado médico, clínico especializado, porém não pedagógico” (MENICUCCI, 2006, p. 10). Observa-se nesse período que as pessoas com deficiência, ainda eram muito discriminadas pela sociedade de maneira geral, sendo ainda tratadas de maneira desigual.

Com a chegada do século XX - ações a favor das pessoas com deficiência, especialmente a partir dos vários debates sobre seus direitos foram priorizadas, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU. Assim, programas e políticas assistenciais foram propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, em particular as vítimas e mutilados de guerra (GARCIA, 2011, p. 22). A sociedade começou a perceber que as pessoas com deficiência precisavam ser atendidas e deveriam participar ativamente e de forma integrada à sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento base não jurídico que delinea a proteção universal dos direitos humanos básicos, criada em 1948 determinava que

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Art. 1º - DUDH) e em seu Art. 25, dispõe sobre a pessoa com deficiência:

**Art. 25:**

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

É importante lembrar que mesmo com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos para todos os países, a qual determinou que as pessoas com deficiência deveriam ser consideradas cidadãs e terem os mesmos direitos e deveres, tais pessoas ainda eram tratadas de forma assistencialista, pois até a segunda metade do Séc. XX – o Paradigma da Institucionalização, ainda vigorava.

O Paradigma da Segregação tinha como principal característica isolar as pessoas com deficiência, colocando-as em conventos, asilos e em hospitais psiquiátricos, verdadeiras clausuras e prisões, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Caracterizando-se, assim, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência do convívio com a sociedade e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, completamente afastadas de suas famílias (ARANHA, 2000a).

Posteriormente, na década de 60, em razão do processo discriminatório ainda muito presente na sociedade, muitas famílias e pesquisadores se organizaram na luta pelas pessoas com deficiência e criaram o movimento denominado Paradigma da Integração, o qual influenciou especialmente o campo da educação. Contudo, este movimento foi seriamente criticado, pois “A educação integradora exigia a adaptação dos alunos com NE ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais alunos” (MINETTO, 2010 p. 47). E nesse sentido, as(os) estudantes que não se adaptavam, deveriam ser atendidos por escolas específicas para pessoas com deficiência.

Com a queda do referido Paradigma, aumentaram as discussões sobre os direitos efetivos das pessoas com deficiência, e surge o Paradigma de Inclusão por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento. Nesse contexto, e especialmente direcionada para uma nova visão de

educação para pessoas com deficiência, em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, sobre a promoção da Educação Inclusiva em todo o mundo: a “Declaração de Salamanca”, a qual determina que a escola deverá:

[...] propiciar a interação de adultos com experiências bem sucedidas em suas vidas pessoais e profissionais, a fim de desmistificar tabus, e a troca de experiências práticas, proporcionando, dessa forma, ações pedagógicas realistas no que concerne ao “viver” e “fazer” do deficiente físico. Essa ação é incentivada na Declaração de Salamanca, também relacionada diretamente à formação pessoal e profissional do aluno com deficiência física (BRASIL, 2006, p.26).

Assim como a referida declaração determina que os sistemas educativos e os conteúdos devem ser idealizados com objetivo de atender a essas diferenças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, define no art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Tais determinações legais vêm assegurar que a pessoa com deficiência tenha o direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos (BRASIL, 2000a).

Os suportes oferecidos podem ser de diferentes tipos (social, econômico, físico, instrumental) e têm como objetivo favorecer a construção do processo de Inclusão Social, o qual diz respeito ao direito da pessoa com deficiência à igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade, que deverá incluir a pessoa com deficiência.

## 2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NA GUINÉ-BISSAU

Como a maioria dos países, a Guiné-Bissau, como um país membro da Organização das Nações Unidas (ONU), também se depara na sua população com o fenômeno da deficiência. E nesse sentido, segundo (N'DAMI, 2015), comprometeu-se a criar leis e a adotar políticas de proteção aos direitos civis e políticos, na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais e na proteção das classes mais desfavorecidas da sociedade, a exemplo das pessoas com deficiência. Tal comprometimento do Estado Guineense foi realizado por meio da Convenção sobre pessoas com deficiência, em Nova Iorque, durante a realização da Assembléia das Nações Unidas, em 26 de Dezembro de 2006. “[...] todos os estados que

fizeram parte desta convenção comprometeram-se entre muitos aspectos a adaptar todas as medidas legislativas e administrativas e de outra natureza apropriadas com vista à implementação dos direitos reconhecidos na presente convenção” (N’DAME, 2015, p. 17).

Mesmo com esse compromisso muitos países não conseguiram cumprir com suas responsabilidades, inclusive a Guiné-Bissau, apesar de constar no artigo 49 da Constituição da República da Guiné-Bissau, que o direito à educação é considerado não somente fundamental, mas sim, um dever de todos. Também está explícito na Lei n. 4/2011, que estabelece o sistema básico, no art. 33 que trata da responsabilidade do Estado guineense, com o cuidado especial das pessoas com deficiência.<sup>4</sup>

Informações obtidas através do Instituto Nacional de Estatística (INE), no período anterior ao último censo de 2009, asseveram que não haviam dados palpáveis sobre o número das pessoas com deficiência no país. A partir de então, o instituto, assumiu a tutela de iniciar levantamento de dados, neste caso, quantitativos em relação às pessoas com deficiência, tanto a nível nacional, incluindo diversos aspectos na pesquisa, entre os quais, as principais são: as características demográficas e econômicas dos portadores da deficiência (INE, 2009, p, 14).

O Ministério da Economia e o Plano de Integração Regional, em colaboração com Instituto Nacional de Estatística (INE), no mesmo ano de 2009, realizaram o último recenseamento populacional no país obtendo os seguintes dados: foram recenseadas 1.449.230 pessoas em todo território nacional, dentre os quais, 13.590 possui uma deficiência, onde os homens representam a maior taxa da deficiência com 53,9% e as mulheres, com 46,1% (INE, 2009, p. 11).

No que diz respeito às políticas públicas, o referido relatório destaca que o Ministério da Educação garante benefício para as pessoas com deficiência, que frequentarem as escolas públicas no país, sem qualquer custo monetário. Nesse sentido, o Ministério da Educação Nacional diz que elas têm prioridade para as vagas do período da manhã nas escolas públicas, e que foram construídas rampas nas diferentes escolas para facilitar o acesso. Porém, a maior parte das escolas na capital e nas regiões, ainda não dispõem de rampas. Segundo N’Dame (2015, p. 24), “não existem políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, que inclua os diferentes setores da vida social”. Na prática não existe em Guiné Bissau, lei que defenda ou auxilie pessoas com deficiência para que tenham seus direitos garantidos tanto na educação quanto em outras diferentes áreas.

Cabe considerar que mesmo com a ratificação do acordo pelo Estado, por meio do

---

<sup>4</sup> [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine\\_constituicao.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf) - Acessado em: 14/08/2022.

Decreto número 24/2014 de 07 de março, o Estado Guineense não tomou medidas em termos de lei, para colocar em prática os compromissos assumidos internacionalmente, ou seja, dar oportunidades iguais para todos os cidadãos que estão no território do país.

Entre 1983 e 1992 - foi o período em que a Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolveu ações direcionadas às pessoas com deficiência. Esse intervalo de tempo serviu para a criação de normas que visam a igualdade de oportunidade que visa a promoção de medidas que possibilitem a integração dessas pessoas na sociedade. Contudo, essa onda de ações ligadas às pessoas com deficiência não se limitou apenas a Organização das Nações Unidas, mas sim alastrou-se para outros espaços, dentre os quais, ao continente africano. O período de 1999 a 2009, o Continente Africano é marcado por décadas das pessoas com deficiência, para tal foram traçados objetivos no qual se possa definir as vias e os meios que permitam a aplicação desses objetivos, dentre eles,

[...] foi realizada uma conferência consultiva regional convocada pelo Governo sul-africano em Maio de 2003 (INE, 2009, p. 16). No entanto, a Década Africana voltada para as pessoas com deficiências foi adiada para de 2009 para 2019, devido ao não cumprimento da “implementação das ações programadas” de alguns países, entre os outros, a Guiné Bissau, que não cumpriu com as metas impostas pela comunidade internacional. (CORREIA, 2017 *apud* INE, 2009, p. 17).

Importa ainda salientar que mesmo com a assinatura das convenções, pelo Estado da Guiné-Bissau, não existem políticas públicas direcionadas para as pessoas com deficiência, em diferentes setores da vida social. Perante esta situação, as organizações internacionais e não-governamentais locais, ajudam e preenchem o espaço deixado pela ausência do Estado, em relação às pessoas com deficiência contribuindo com a sua integração à sociedade.

Na Guiné-Bissau, a situação das pessoas com deficiência é pautada pela discriminação e pelo preconceito. Em uma entrevista, realizada em 2017 pela Organização não Governamental AIFO (Associação Italiana amigos de Raoul Follereau), sobre o censo da pessoa com deficiência na Guiné- Bissau, Mariana Embaló, presidente da associação dos deficientes de Gabú, falou que muitos pensam que as pessoas com deficiências são irãs ou cobras, ou seja, dizem que são pessoas amaldiçoadas. Ainda, na argumentação dela, a mulher com deficiência física, sofre dupla discriminação. Primeiro, o homem somente quer ter filhos com ela e não pretende casar-se por causa de sua limitação física; segundo, normalmente a família do suposto marido não aceita receber a mulher, porque entendem que vai trazer mais dificuldade para o âmbito familiar<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=BMDUQQgOYaA&t=75s>. Acesso em: 13. nov. 2022.

### 3 REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA E DEFICIÊNCIA

Para França e Batista (2007), a família é o espaço onde chegamos ao mundo e iniciamos as primeiras adaptações em qualquer que seja a sociedade em que estamos inseridos. A chegada de uma criança com deficiência geralmente torna-se um evento bastante traumático e um momento de mudanças, dúvidas e confusão. A maneira como cada família lida com esse evento influenciará decisivamente na construção da identidade do grupo familiar e, conseqüentemente, na identidade individual de seus membros. (BATISTA; FRANÇA, 2007, p.117). Os autores realçam, a transformação que uma criança recém nascida e com algum tipo de deficiência traz para dentro de uma família, obriga a desconstrução do modo de vida e estabelecem novas formas de pensar a realidade.

Para os autores, o nascimento de uma criança com deficiência cria um impacto na família e os pais da criança, iniciam um novo processo de adaptação, compreensão e aceitação de um filho que é diferente em relação aos outros filhos. Para os autores, a chegada de um novo membro dentro de uma família é vivida com alguma expectativa e reestruturação familiar. Iniciam-se os preparativos e a escolha do espaço para a chegada do novo indivíduo. No entanto, por outro lado, existem famílias que ficam preocupadas com a chegada do novo ser, como afirma Regen (BATISTA e FRANÇA, 2007, *apud* REGEN, 1993, p. 1).

[...] é muito frequente a gestante ter experiência em relação à criança que está para nascer. Algumas sonham com uma criança idealizada, dentro de seus valores, ou seja, bonita como o bebê da propoganda da TV; esperta como o filho da vizinha, etc. Mas outras têm verdadeiros pesadelos em relação a esse ser desconhecido que, por vezes, é sentido como ameaçador (REGEN, 1993, p. 18).

Estes sentimentos são acompanhados com o medo de receber uma criança com deficiência. Para os mesmos autores, o imaginário social criou uma ideia de que a pessoa com deficiência é dotada de incapacidade, de dependência e de sofrimento, neste caso, não é difícil notar nas próprias falas dos pais, a preocupação que esse momento reserva. A chegada da criança com deficiência dentro de uma família é considerada a princípio como uma fase de negação. Além disso, para os autores, inicialmente os pais não aceitam de qualquer forma a existência da deficiência, ou seja, toda a família, não está preparada para lidar com a situação, o que é habitual, em todas as famílias, é a espera de um bebê que nasceu saudável e sem problemas e que não coloque dúvidas quanto ao seu futuro (BATISTA; FRANÇA, 2007, p.119).

Em outros casos, a criança pode nascer sem problemas físicos e com o tempo pode

adquiri-los por vários fatores: carência nutricional, traumatismo entre outras situações. Como é sabido, todas as pessoas têm direitos iguais e os da criança com deficiência, não é diferente. A sua inclusão é iniciada na família e, posteriormente, passa a ter interação com a sociedade, de forma geral. Batista e França (2007, p. 120), afirmam que:

Para que ocorra a inclusão em todos os segmentos, é necessário adequar as estruturas humanas, físicas e técnicas. As barreiras, tanto atitudinais (noções preconceituosas e discriminatórias, desinformação a respeito da deficiência) quanto estruturais e arquitetônicas (falta de rampas, meios de comunicação, móveis, utensílios e equipamentos adaptados), devem ser derrubadas para que todos, sem exceção, tenham as mesmas oportunidades.

Para Regen (2006), a maioria dos pais aceita e aprende, a partir das dificuldades enfrentadas para educar a criança com deficiência e, com isso, muitas vezes pode causar algum tipo de ressentimento nos irmãos, que consideram injusto a forma de tratamento diferenciado, em relação à criança com deficiência. Para os autores, o pai sempre é o primeiro a demonstrar maior dificuldade em lidar com a deficiência da criança. Por outro lado, é a mãe que apresenta outra forma de cuidar e de educar a criança. Muitas vezes, se torna a única responsável pelo processo de inclusão, por meio do acesso a serviços e direitos.

#### **4 O PERCURSO DA METODOLOGIA**

A materialização metodológica desse estudo percorreu duas etapas: a primeira assenta-se no uso da abordagem qualitativa, a qual considera a “[...] qualidade dos dados encontrados por meio de uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, possibilitando descrever ou relatar pormenores o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto” (OLIVEIRA, 2009, p. 115), possibilitando a exploração e a fundamentação teórica da pesquisa. Assim sendo, o texto está embasado teoricamente a partir da leitura de autores, dentre eles: Batista e França (2007), Garcia (2011), Menicucci (2006), N’DAMI (2015).

A pesquisa de campo constituiu-se como a segunda etapa do estudo, colaborando com as reflexões da pesquisa bibliográfica. Para tanto foi utilizado como técnica de coleta de dados, o questionário aberto contendo questões sobre a infância e a adolescência no contexto familiar de duas pessoas com deficiência física, oriundas de regiões diferentes da Guiné-Bissau, mas que atualmente residem na capital do país (Bissau). As questões foram enviadas por meio de tecnologias digitais (Whatsapp), e os participantes responderam através de áudio,

tendo os participantes assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foi garantido o anonimato dos mesmos. Após a leitura, as informações foram transcritas para posterior análise dos resultados.

## 5 ANALISANDO OS DADOS: COM A PALAVRA OS DEFICIENTES FÍSICOS

O trabalho em questão apresenta reflexões sobre deficientes físicos no contexto familiar em Guiné Bissau e nesse contexto, para contribuir com as reflexões teóricas até então apresentadas foram entrevistadas duas pessoas de nacionalidade guineense, com deficiência física. Com vistas a preservar a identidade dos colaboradores, estes foram identificados com as letras do primeiro e ultimo nome. M.B. tem 44 anos, é do sexo masculino e possui licenciatura e mestrado na área de Direito; S.E. tem 28 anos, é do sexo feminino e tem o Ensino Médio completo.

A deficiência pode ser nata no indivíduo, quando este já nasce deficiente ou ser adquirida em razão de um acidente, doença, ou alguma anomalia acomete a pessoa em alguma fase da vida. Assim, ao serem questionadas sobre ‘Se nasceram com a deficiência ou ficaram deficiente por algum motivo’, responderam: “*Nasci sem a deficiência, mas com 6 anos de idade tive uma doença que me acometeu por alguns dias e a partir daí fiquei deficiente. Isso aconteceu no ano de 1985 (M.B); “Não nasci com a deficiência, mas aos 5 anos peguei a doença (nome da doença não mencionada), e desde então, comecei a me deparar com os problemas físicos até hoje” (S.E).*

As falas indicam que a deficiência se apresentou na vida dos entrevistados na primeira infância, o que exigiu uma adaptação desde os primeiros anos de vida aos diferentes contextos da sociedade. Nesse sentido, ao falarem sobre ‘Como foi a fase da infância e da adolescência, convivendo com a deficiência’ registraram:

*Na minha infância eu jogava bola mesmo com a deficiência. Os meus colegas de infância sempre iam me procurar em casa para irmos brincar, jogar bola, jogar tampinha, caçar as pombas com borracha, pescar os caranguejos... Mas também eu gostava tanto da escola e a partir daí conquistei muitos amigos porque eu era excelente na escola. Relativamente na adolescência eu nunca me senti deficiente porque sempre eu vou ao encontro de conhecimento. (M.B)*

*Na minha infância, quando me deparei com essa doença, sempre ficava calma, não brincava muito com os meus colegas. Eu ficava sempre calada e sentada na varanda; mas depois, já crescendo, comecei a tentar fazer amizade com os meus colegas, porém até agora, ainda sinto um pouco a vontade de fazer amizade. (S.E)*

Observa-se que a infância foi vivenciada de diferentes formas pelos entrevistados. Mesmo com a deficiência física, *M.B* não deixou de aproveitar e participar das brincadeiras infantis, sendo sempre motivado e convidado pelos colegas que não dispensavam a sua presença. “O brincar é essencial para criança, pois é deste modo que ela descobre o mundo á sua volta e aprende a interagir com ele. [...] Naturalmente curiosa, ela se sente atraída pelo ambiente que a rodeia” (ZATZ; ZATZ; HALABAN, 2008, p.13). A percepção de sentir-se incluído nas atividades de lazer e da escola, se estenderam ao período da adolescência, no qual sempre se sentiu incentivado a busca e ampliação do conhecimento. Entretanto, nota-se que *S.C.E* teve uma infância diferente pois não brincava muito com os colegas e mesmo tendo feito poucas amizades, ainda sente dificuldades de relacionamento com as pessoas.

As dificuldades são ligadas as condições humanas e materiais, principalmente na condição de uma pessoa que nasce ou no decorrer da vida adquire os problemas físicos, neste caso, a deficiência. Nesse sentido, ao serem indagados sobre as dificuldades que encontram no contexto familiar, por ser uma pessoa com deficiência física, disseram:

*As dificuldades são enormes e, no meu caso, não fui criado por meu pai e nem pela minha mãe. Fui criado pelo meu tio, irmão mais velho do meu pai. Na época me deparei com muitas dificuldades, pois havia discriminação entre eu e os filhos do meu tio, além da falta de assessores para locomoção, por exemplo: muleta e cadeira de rodas. Onde morávamos era muito distante da minha escola, eu levava horas para chegar... As vezes apanhava xarua de burro<sup>6</sup> como meio de transporte só para minimizar o esforço físico, isso foi na minha terra natal que é Farim onde eu nasci. (M.B).*

*Eu sinto dificuldade de locomoção por causa dos membros inferiores. São estas dificuldades que me deparo. Porém, nunca passei dificuldade perante a minha família, porque sou ciente de que se a minha família tiver como me ajudar em certas coisas vão me ajudar como acontece em algumas vezes. (S.E).*

Sobre o exposto acima, percebe-se que os entrevistados passaram por dificuldades, porém em contextos familiares distintos. *M.B.* tinha tratamento diferenciado em relação aos filhos do tio, com que vivia, ou seja, uma discriminação. Enquanto que no outro caso, não havia dificuldade com a família que sempre esteve pronta em atendê-la. Observa-se que ambos sinalizam a locomoção como a dificuldade que enfrentaram, impedindo sua autonomia de ir e vir para onde desejar.

A família tem um importante papel no processo de socialização da pessoa com deficiência. Nesse sentido, ao falarem sobre ‘Como você é tratado(a) pela sua família? Há alguma diferença no tratamento?’, responderam:

---

<sup>6</sup> Um tipo de transporte tradicional de tração, utilizado nas zonas rurais.

*Na minha família sempre fui tratada muito bem, nunca vi diferença. Todos gozam dos mesmos direitos. Até os meus irmãos e minhas irmãs, pela aproximação que sempre tive da minha mãe, reclamam de que sou a mais privilegiada devido ao tratamento que recebo dos meus pais e de outros familiares. A minha família me apoia quando estou a sofrer qualquer dor que estou sentindo. Às vezes me apoiam com dinheiro para eu procurar hospital, pra ver se a dor vai passar. O mais importante de tudo isso, sempre ficaram próximo para prestar apoio. (S.E).*

*Para ser sincero a minha família me trata com muito amor e carinho e nunca me senti abandonado, porque se hoje estou me sentindo um homem é graças a Deus e a minha família. Deus me deu a vida e a minha família me pôs na escola, custearam os meus estudos do primário até ao liceu, e também custearam a minha formação na Universidade. E hoje sou um homem acadêmico. Recebi muito apoio por parte da minha família, foram eles que: roupa, comida, transporte... Eles é que compraram as muletas para mi, e eu só digo: graças a Deus e a minha família. (M. B)*

As falas em contextos distintos comprovam o bom trato que receberam das suas famílias, ao reconhecerem o apoio, o cuidado e o afeto, respeitando suas condições e incentivando na vida, independente da deficiência que possuem, pois “a rede de apoio familiar favorece a formação de vínculos e estruturação da vida da criança com deficiência física ampliando suas possibilidades a partir da auto-estima advinda da afetividade” (SÁ; RABINOVICH, 2006).

Além da família, a comunidade é um dos espaços de integralização ou de exclusão das pessoas. É na comunidade que as pessoas desenvolvem outros atributos que a família consegue nos oferecer. A comunidade ‘molda’ a forma de entender as coisas e de olhar para o mundo. Com isso foi perguntado: qual a sua relação com a sua comunidade por ser uma pessoa deficiente?

*Sobre a minha infância, a minha relação com a comunidade onde tínhamos morado era um pouco mau, porque me sentia subestimado por grande número de colegas e vizinhos que se afastaram de mim, tudo por causa da minha deficiência. Mas com o tempo, as coisas começaram a mudar, porque eu era um aluno estudioso e tirava boas notas na escola. Daí os meus colegas começaram a se aproximar de mim, eles começaram a me procurar para comissão de estudo na minha casa e, através disso comecei a ganhar amigos. (M.B).*

*Com a minha comunidade, a igreja, a escola, sempre tive uma boa relação. Todos me tratam com carinho por gostarem do meu comportamento. Trato todos como irmãos e irmãs. Fico satisfeito quando divirto-me com colegas da minha comunidade, principalmente quando estamos a trocar ideias. Porém não tenho ninguém para me divertir... (S.E).*

Nas falas, nota-se a questão do contexto e do lugar, que impactam no tratamento recebido tendo em conta os espaços de socialização frequentados. Ainda que inicialmente, por conta da deficiência, tenha sido desprezado por colegas e vizinhos, M.B. foi conquistado por

todos, especialmente por se destacar como um bom estudante nos estudos. Sá e Rabinovich (2006, p. 83) consideram que nesse sentido é necessário levar “[...] em conta que nascemos como seres sociais e nos desenvolvemos em um contexto de relações, produzidas pela nossa evolução biológica e vivências sociais e afetivo-emocionais”. O que é verificado em ambos os depoimentos, ao considerarem a boa relação que foi construída com suas comunidades.

Compreende-se que mesmo diante das limitações físicas e sociais, a convivência no ambiente familiar dos participantes do estudo é construída pelo acolhimento e pelo afeto, considerando o que as pessoas com deficiência sentem, apreendem e interpretam o mundo, inseridas no seu cotidiano, nas relações com o outro, mesmo diante das dificuldades enfrentadas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presença de uma pessoa com deficiência física na família seja por nascença ou adquirida por algum motivo, altera significativamente a dinâmica familiar. Assim, a convivência que se inicia, frente ao desconhecido, descortina diferentes reações da família, exigindo destas, diferentes formas de pensar, viver, produzir e agir que vão se constituindo nesta trajetória.

A Guiné-Bissau é um dos signatários de várias convenções e leis que visam a proteção e integração social das pessoas com deficiência, porém a praticidade desses compromissos legais ainda está longe de se tornar numa realidade para estas pessoas, que ainda sofrem com a exclusão e o preconceito.

Ainda que no cenário Guineense, sejam disseminados preconceitos e atitudes de exclusão presentes em contextos sociais como na escola e comunidade, evidenciando representações negativas da deficiência, o estudo aponta pontos de reflexão sobre a importância da família na aceitação e assistência às pessoas com deficiência física, ainda que a sociedade não as considere, bem como criem condições que promovam a acessibilidade nos diversos grupos sociais, a exemplo da escola, possibilitando a real integração dessas pessoas. Nesse sentido, observa-se a necessidade de outros estudos a fim de aprofundar debates que contribuam de forma efetiva para a concretização de cuidados, atenção e assistência ao deficiente físico.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. V1. História. Brasília: MEC/SEESP, 2000a.
- BATISTA, Sérgio Murilo; FRANÇA, Rodrigo Marcellino. Família de pessoas com deficiência: Desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, vol. 03 n. 10-jan. 2007 ISSN 1807-283.
- BRASIL. **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/neuro-motora**. Organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: SEESP/MEC, 2005b.
- BRASIL, Ministério da Educação - **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 16 dez. 2022.
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: Introdução**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo, Brasil, 02 out. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em 10 nov. 2022.
- MENICUCCI, Maria Do Carmo. **Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais**. Centro de Formação de Professores/PUC Minas. Educação Especial Inclusiva: ênfase em Ciências Humanas, livro-texto 1, 2006, p. 8 a 11.
- MINETTO, Maria de Fátima Joaquim, *et all*. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.
- N'DAMI, Braima. **A pesquisa Sobre as Legislações e Políticas Públicas existentes a favor das Mulheres e Homens com deficiência na Guiné-Bissau**. [s.l.], 2015
- NOGUEIRA, Giovani Cavalheiro. Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 21, pp. 3131-3142, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zJk5dFMYP9XrFFxP5hrRZPK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023
- OLIVEIRA, Silvio Luis. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TQC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2009.
- PEREIRA, Márcio. A história da pessoa com deficiência. **Ciências Gerenciais em foco - UEMG**, v. 8, n. 5, pp 82-96, 2017. Disponível em: <<https://revista.uemg.br> > cgf>. Acesso em: 09 jan. 2023
- REGEN, Mina. Instituição família e sua relação com a deficiência. **Revista Educação Especial**, núm. 27, 2006, pp. 1-8 Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA (OMS)/ World Health Organization, The World Bank - **Organização Mundial da Saúde (OMS)**. Tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. SEDPcD, 2012.

SÁ, Sumaia M. Pimental; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev Bras Crescimento Desenv. Hum.** 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v16n1/08.pdf>. Acesso em 14 jan. 2023.

ZATZ, Silva; ZATZ, Andre; HALABAN, Sergio. **Brinca comigo!** Tudo sobre brincar e os brinquedos. São Paulo: Marco Zero, 2008.